



AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

Elisabeth Maria Cardoso, UCO¹
Laetícia Medeiros Jalil, UFRPE²
Sarah Luiza de Souza Moreira, UFRRJ³

RESUMO

Esse ensaio traz reflexões sobre a contribuição das mulheres na construção do conhecimento agroecológico, em contraposição ao sistema capitalista, patriarcal, racista, LGBTQIA+fóbico. A partir de uma análise crítica sobre as concepções de Agroecologia que ainda se sustentam em uma base epistêmica pautada na ideia da neutralidade da ciência e que corroboram para invisibilizar o trabalho e a atuação política das mulheres, demonstramos a importância do reconhecimento de novas narrativas, a partir de suas diversidades e seus diferentes lugares no mundo. Ao buscar caminhos, reflete sobre a necessidade de que seja fortalecido um lugar do Feminismo e da Agroecologia como lugar de encontro e convergências na luta por uma nova sociedade.

Palavras-chave: Feminismo; Agroecologia; Convergências.

INTRODUÇÃO – PARA INÍCIO DE CONVERSA

A partir de uma análise crítica à ciência hegemônica e à perspectiva androcêntrica com o qual o conhecimento agroecológico tem sido construído, apresentamos uma discussão da Agroecologia em diálogo com o Feminismo, trazendo elementos da luta antissistêmica, antirracista e contra a LGBTQIA+fobia, chamando atenção para a necessidade da Agroecologia incorporar novas narrativas e fortalecer as ações políticas de sujeitos que historicamente são invisibilizados e oprimidos. Nesse percurso é importante apontar os sentidos que esses sujeitos conferem a estas práticas, à sua relação com a cultura, a terra, com os alimentos, as relações de reciprocidade e solidariedade, a interação com o sagrado/divino e com as práticas de cuidados e

¹ Engenheira Agrônoma, coordenadora executiva do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), doutoranda do Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Gestión Sostenible da Universidad de Córdoba.

² Socióloga, Professora da Universidade federal Rural de Pernambuco-UFRPE, coordenadora do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades UFRPE.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

reprodução da vida, suas relações com o território, a comunidade e as famílias. Tanto o conhecimento que é construído nas redes e movimentos agroecológicos, quanto o conhecimento acadêmico, o saber das mulheres segue constantemente invisibilizado e menosprezado.

Como elemento central fazemos o questionamento à hierarquização dos saberes e à disputa do poder pelo conhecimento que legitima determinadas visões de mundo. Afirmamos que o reconhecimento dos saberes das mulheres é importante, que todo o conhecimento vem de distintas ordens de saberes, e todo ele tem valor nos processos de construção coletiva, tão prezados pela Agroecologia. É necessário questionar os métodos e metodologias científicas e construir novos indicadores de análise como participação, igualdade, violência/paz, alegria/felicidade, satisfação, autonomia, envolvendo diversos sujeitos num processo coletivo de fazer pesquisa e de construir o conhecimento agroecológico.

Esse processo precisa se dar a partir da adoção de novos paradigmas que reconheçam os saberes e práticas populares dominados pelas mulheres agricultoras e camponesas, pelos povos e comunidades tradicionais, pelos povos indígenas e quilombolas e pelas juventudes, como imprescindíveis à reprodução da vida e para a Agroecologia, como forma de complexificar os processos de transição agroecológica e o próprio entendimento da Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, para a construção de uma nova Ecologia dos Saberes.

A partir de uma visão crítica feminista refletimos sobre o processo hegemônico que invisibiliza as mulheres, tanto nas práticas agroecológicas, como nos ambientes acadêmicos, e sobre a necessidade de se recuperar e dar centralidade à luta das mulheres negras, indígenas, populares, lésbicas, a partir da construção do que seriam os Feminismos decoloniais, pós-coloniais, negros, comunitários, lésbicos, questionando este modelo hegemônico de ciência e leitura de mundo baseado nos princípios patriarcais, racistas e coloniais.

Por fim, convidamos as/os pensadoras/es da Agroecologia ao diálogo, à escuta de outras vozes para fortalecer as narrativas das mulheres, que são diversas, de várias etnias e classes sociais, ainda tão submetidas a um pensamento hegemônico machista, patriarcal, racista e LGBTQIA+fóbico, trazendo novas perguntas, novos olhares, pois a ciência se faz nas trocas e no diálogo de saberes.

REFERENCIAL TEÓRICO – DAS FONTES NAS QUAIS BEBEMOS

A Agroecologia, compreendida como ciência, movimento e prática (Gliessman, 1989; Emma Siliprandi, 2009; Iridiane Seibert, 2019), se apresenta como uma possibilidade de reorganizar os processos produtivos (agrícolas e pecuários), a distribuição de alimentos e de ampliar os olhares sobre o ato de alimentar a si próprio/a e às demais pessoas.

Também é percebida como um novo paradigma para se pensar o desenvolvimento, levando em consideração a diversidade de sujeitos, humanos e não humanos, diretamente envolvidos nesse processo, como: mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, povos originários, os animais e a relação com a natureza.

Uma terceira dimensão é a capacidade da Agroecologia de incorporar novas narrativas e fortalecer a ação política de sujeitos que historicamente são invisibilizados e oprimidos. Aqui situamos a discussão da Agroecologia em diálogo com o Feminismo (teoria, movimento e as práticas), mas também contra o racismo, a LGBTQI+ fobia, no que se apresenta como bandeiras de luta do movimento agroecológico no Brasil: Sem Feminismo não há Agroecologia! Se Tem Racismo não há Agroecologia! Com LGBTQIA+fobia não há Agroecologia!

Desta forma, outros elementos importantes a serem considerados quando falamos em Agroecologia são os sentidos e significados que os diversos sujeitos conferem a estas práticas, à sua relação com a cultura, a terra, com os alimentos, as relações de reciprocidade e solidariedade, a interação com o sagrado/divino e com as práticas de cuidados e a reprodução da vida, suas relações com o território, a comunidade e as famílias.

Observa-se que a Agroecologia enquanto ciência ainda segue influenciada por uma lógica cientificista e cartesiana, que molda o fazer acadêmico hegemônico com uma ideia de neutralidade epistêmica, teórica e metodológica, que marca fortemente os estudos e pesquisas.

Neste campo, o sujeito universal do conhecimento é representado, então, por um homem branco, heterossexual adulto, na construção de um objeto de pesquisa considerado neutro, para realização de um estudo visto como objetivo e fortalecendo a ciência tida como universal, que tem a força de legitimar os discursos acadêmicos, tão importantes para fortalecer argumentos, afirmar indicadores e pesquisas, como retrato fiel da realidade ou da verdade. Com esse discurso e prática, a ciência legitima práticas

sociais, pensamentos e visões de mundo patriarcais, coloniais, machistas, racistas, androcêntricas, sexistas e capitalistas.

Um dos reflexos deste modelo de ciência é o pensamento único/universal, que silencia e invisibiliza uma diversidade de olhares, de saberes, de práticas, que são fundamentais à Agroecologia no que concerne às suas dimensões sistêmicas que envolvem prática, movimento social e político e que se materializam em modos de vida, de ver e viver distintos do que hoje concebemos como modernidade. A ciência, ou o conhecimento formal, foi historicamente negada às mulheres. Seus saberes/fazer e a construção do conhecimento gerado por elas foram, e ainda são, invisibilizados e/ou desvalorizados, como também o é seu trabalho. Muito desse conhecimento tem sido considerado como crença, tradição, ou ainda vocação para a relação do amor maternal.

Assim, se enquadra quase todo o conhecimento acumulado pelas mulheres no manejo de plantas medicinais, das ervas sagradas e de poder, das parteiras, raizeiras, curandeiras, do manejo e reprodução de sementes, das práticas de cuidados com os pequenos animais, da produção de alimentos nos quintais ou arredores de casa, do beneficiamento e transformação dos alimentos, do manejo da agrobiodiversidade, do manejo, gestão e cuidado com as águas, bem como as práticas desenvolvidas pelas mulheres na relação com o território e as comunidades, na mediação dos conflitos, no acalento ou segurança psíquica emocional para a construção de sujeitos “autônomos” e seguros para a vida adulta, nas práticas de cuidados coletivos, familiares e individuais, na garantia da segurança alimentar e na luta pela soberania. Vale lembrar, como nos diz Yayo Herrero (2020), que diferente do que afirma o capitalismo e o patriarcado, todas as pessoas são interdependentes e ecodependentes.

Neste sentido, há uma tensão colocada entre os distintos fazeres das comunidades e famílias camponesas, da agricultura familiar e de toda a diversidade de sujeitos do campo, e as práticas científicas e de pesquisa, que se voltam ao campo científico agroecológico⁴ como parte desta desconstrução necessária ao avanço da ciência agroecológica, no rompimento dos cânones científicos convencionais e na abertura, nada fácil, ao novo.

⁴ Utilizamos aqui o conceito de Campo a partir de Bourdieu (2005). Campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividade ou instituições que competem pela dominação de um capital específico. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo; é a internalização da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivização do *habitus*. (BOURDIEU, 2005, p. 197).

Como parte deste processo de disputa de narrativas e construção/legitimação do campo científico agroecológico, faz-se necessário o reconhecimento dos saberes e práticas populares dominados pelas mulheres agricultoras e camponesas, pelos povos e comunidades tradicionais, pelos povos indígenas e quilombolas e pelas juventudes, como imprescindíveis à reprodução da vida e à construção da Agroecologia, como forma de complexificar os processos de transição agroecológica e o próprio entendimento da Agroecologia de forma mais sistêmica, para a construção de uma nova Ecologia dos Saberes, como aponta Santos (2006).

Para o autor, a Ecologia dos Saberes refere-se ao reconhecimento da infinita pluralidade dos saberes e da necessidade de conjugações específicas desses saberes para realizar determinadas ações. Um elemento central, então, é o questionamento à hierarquização dos saberes e a disputa do poder do conhecimento que legitima as visões de mundo. O reconhecimento e a afirmação de que os saberes das mulheres são importantes, que todo o conhecimento vem de distintas ordens de saberes, todo ele tem valor e é fundamental para a vida, e está marcado nos corpos de sujeitos subalternizados, é central, como nos diz Amaia Orozco (2019), para os avanços epistêmicos necessários a esta nova ciência.

Todo conhecimento, seja acadêmico ou empírico, seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicistas, é vivenciado nos corpos e sentidos das mulheres, e todos eles são indispensáveis para a reprodução da vida. Esse exercício feminista de enxergar as mulheres como iguais, porém distintas, possibilita a construção coletiva do conhecimento como um processo social e político transgressor, antipatriarcal, feminista, anticapitalista e antirracista.

É necessário ainda refletir sobre o lugar das mulheres⁵ como sujeitas neste processo transgressor, de questionamento e transformação das estruturas de desigualdade e opressão vivenciadas. Buscar quais metodologias e chaves de leitura da realidade são potentes para este novo saber/fazer/refletir/sistematizar/publicar em teses, dissertações, textos acadêmicos, textos políticos e leituras da realidade, enfim para a construção de uma nova ciência, mostra-se fundamental.

⁵ Não nos referimos a um “sujeito universal” mulher e sim mulheres desde suas especificidades, e as interseccionalidades que marcam nossas trajetórias, como as questões de classe, raça, etnia, idade, sexualidade e práticas sociais diversas. Mulheres aqui é uma categoria política, somos mulheres que dialogam a partir das diferentes identidades.

O questionamento não é da Agroecologia como prática em si, mas da ideia normativa de como ela é apresentada, em que segue sendo ditada por homens, quase sempre brancos, na disputa por conceitos e categorias científicas, que historicamente, deixam de fora essa complexidade de questões e de sujeitos. Para o movimento feminista, o questionamento a essa normativa surge da exclusão histórica e da busca da desconstrução dessa ciência branca, colonizada, patriarcal e machista.

A teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala, à terra, à água, ao território, no acesso às políticas públicas e no processo de fortalecimento de sua autonomia e igualdade, na construção de outras formas de economias, pelas relações de solidariedade, reciprocidade, pelo reconhecimento dos corpos distintos que vivem violências e lutam por liberdade. Essa se expressa ainda pela prática do cuidado e da amorosidade, pela espiritualidade, no reconhecimento dos bens comuns como indispensáveis à vida, a natureza como nossa mãe e irmã, aos saberes descolonizados e ecológicos e à luta contra todas as formas de violências.

Essas questões que surgem a partir da realidade das mulheres rurais se transformam em princípios que orientam a construção de nova proposta de ciência agroecológica e conformam uma lente de abordagem teórica no questionamento à ciência hegemônica, androcêntrica, patriarcal, colonizada, racista e cartesiana, mas também de ação política no reconhecimento das mulheres como construtoras de conhecimento e portadoras de saberes, que nos leva a repensar perguntas, ampliar e incluir novos temas, e construir instrumentos metodológicos que deem conta desta proposta e dialoguem com as distintas realidades.

Em um contexto acadêmico, profundamente conservador, é importante refletir: Quantas mulheres são professoras universitárias? Quantas mulheres são coordenadoras de cursos técnicos ou acadêmicos? Quantas mulheres estão à frente de grandes recursos para pesquisas nacionais ou internacionais? Ou ainda, quanto dos recursos para pesquisas estão nas mãos de mulheres? Quais os temas ou linhas de pesquisas que têm mais recursos? Onde está a maior parte dos investimentos: para sementes transgênicas ou para o sistematizar as experiências das mulheres sobre a colheita do milho ou seleção das sementes crioulas?

No diálogo com o Feminismo e com outras cosmovisões, como as indígenas ou as de matriz africana, por exemplo, algumas questões surgem, tais como: Onde estão as

mulheres na Agroecologia? Qual o papel das mulheres pesquisadoras, acadêmicas, cientistas na construção da Agroecologia? Como as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas são tratadas nos estudos e sistematizações sobre Agroecologia? Quais as convergências entre o Feminismo e a Agroecologia?

Tais perguntas nos colocam uma tarefa urgente de questionar os métodos e metodologias científicas e fazer pesquisa de outro jeito, com participação, interação, empatia, paixão, compromisso com a transformação; de construir objetos de pesquisa que não são externos a nós; de construir novos indicadores para análise; de envolver diversos sujeitos como um processo coletivo de fazer pesquisa e de construir o conhecimento agroecológico, e assim, não ter medo de experimentar.

Pensamos, como Ana de Miguel (1995, p.217), que o Feminismo esteve presente “sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto e amargo destino sob o patriarcado e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor”. No entanto, hoje o discurso construído sobre a história do Feminismo também acaba por esconder tantas lutas anteriores travadas contra os colonizadores, contra a escravidão, contra o capital e suas amarras e chicotes. Quantos/as lembram das negras que sempre trabalharam e criaram os filhos de suas patroas, deixando os seus próprios com outras mulheres negras e pobres? Quem reconhece a ação histórica de preservação de culturas, alimentos, práticas de preservação das mulheres indígenas e quilombolas?

A citada construção histórica das “Ondas do Feminismo” – tratada por algumas como hegemônica e dominada por uma visão do “norte global” – tem sido questionada por diversos grupos e organizações feministas, por ser considerada uma visão unilateral, eurocêntrica, branca e elitista. Essa concepção também acaba por generalizar a ideia do Feminismo como aquele que foi construído entre as décadas de 1960 e 2000, no âmbito acadêmico europeu e estadunidense, como nos conta Rocío Medina Martín (2013). A crítica se apresenta a partir de um movimento de busca por visibilizar processos de vida, de organização e de luta das mulheres inseridas nos países que compõe o “sul global”, apresentado como Feminismos outros ou Feminismos periféricos. De forma geral, sua ideia é recuperar e dar centralidade à luta das mulheres negras, indígenas, populares, lésbicas, pobres. Esse processo tem buscado destacar os distintos lugares e opressões específicas vividas pelas mulheres, decorrentes de sua raça, classe, orientação sexual:

“Demorou algum tempo para percebermos que o nosso lugar era precisamente a casa da diferença e não a segurança de uma diferença particular” (LORDE, 1982).

Nas últimas décadas temos sido, então, chamadas a ouvir, a ler, a sentir o que nos fala Lélia Gonzalez (1982; 1983), Sueli Carneiro (2003; 2011), Ângela Davis (1999; 2016), Patrícia Hill Collins (2009; 2015), bell hooks (1994; 2000), Luiza Bairros (1995; 2006), que demarcam fortemente a realidade vivida pelas mulheres negras, oprimidas pelos/as brancos/as (homens e mulheres) e pelos homens negros. Estas e tantas feministas negras nos fazem refletir sobre como as lutas feministas por direitos civis, sociais e políticos só contribuíram para mudar a vida das mulheres brancas, mantendo as negras em um lugar de submissão. Nos chamam a ver o mundo a partir das diferentes estruturas de desigualdade que se impõe sobre as nossas vidas, conectadas, em um novelo entre o gênero, a raça e a classe social (SAFFIOTI, 2004).

As feministas lésbicas como Monique Wittig (2001) e Adrienne Rich (1981) nos chamam a questionar e enfrentar o heteropatriarcado, a heteronormatividade e a heterossexualidade obrigatória, forjando visões de mundo que também se desdobram nos silenciamentos acadêmicos sobre o tema. Onde estão as múltiplas sexualidades e o debate com a agroecologia ou a ciência agroecológica? Nessa luta pelo respeito às mulheres que amam outras mulheres, nos fazem pensar sobre como há a imposição cruel de apenas uma única forma de amar, de gostar, de se relacionar. Elas lutam para que a sociedade respeite suas vidas, seus desejos, seus corpos, que não as violentem e as discrimine por causa disso. Elas consideram que o amor entre as mulheres é uma forma de resistência e de descolonização de seus corpos (MEDINA, 2013).

Já as mulheres que constroem o Feminismo camponês e popular⁶ acreditam que é preciso que a transformação da sociedade se dê a partir de suas realidades, seus trabalhos, de suas experiências, tendo a construção da Agroecologia e da soberania alimentar como formas de viver para a sustentabilidade da vida e da natureza. Elas acreditam que a luta contra o patriarcado e o machismo precisa ser também contra o capitalismo e o racismo. Conforme Ísis Menezes Táboas (2018), o Feminismo camponês e popular se apresenta como expressão de um projeto político referenciado na realidade “concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política (...) que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e

⁶ Para ler mais sobre o Feminismo camponês e popular, buscar Calaça Conte e Cinelli (2018); MMC (2021); Mezdari, Cima e Taborda (Org.) (2021).

luta de massas e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano” (p. 124).

Sendo assim, é necessário destacar que a experiência⁷ é parte deste aprendizado coletivo, que considera a aposta no processo, mais do que nos produtos, como nos mostra a experiência do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) de sistematização da produção e renda das mulheres agricultoras ligadas à redes e organizações que promovem a Agroecologia, a partir do uso das Cadernetas Agroecológicas, um instrumento político-pedagógico de monitoramento da produção das mulheres para a venda, para a troca, para o autoconsumo e para a doação, que vem promovendo a inclusão da produção cotidiana das mulheres na análise econômica da produção familiar e revelando uma renda gerada por elas que antes estava invisibilizada.

A Caderneta Agroecológica deve ser entendida como um recurso a ser apropriado pelas mulheres para visibilizar, valorizar e organizar o seu trabalho, sendo um instrumento de empoderamento e autonomia para elas na medida em que serve para que reconheçam a sua contribuição à economia da família de forma mais ampla, rompendo a lógica patriarcal e capitalista de que são “meras ajudantes”. (CARDOSO et al., 2019, p.14).

Acreditamos que todo conhecimento é situado, como nos ensina Donna Haraway (1995) e marca nossos corpos e mentes em um período histórico, moldando nossas trajetórias e sendo moldado por nossas lutas, resistências e reinvenções. E nossas experiências como mulheres são diversas e devem ser consideradas. Todas elas estão falando dos seus lugares, das suas dores, das suas experiências e identidades, das suas especificidades, que as ajudam a desenhar os caminhos que acreditam serem necessários para a construção de um mundo de respeito, de afeto, de cuidado mútuo, de justiça, autonomia, igualdade e paz. Nos parecem diferentes trilhas que levam a um mesmo lugar.

Será que podemos ver o Feminismo como o lugar do encontro nesses percursos e trajetórias, onde podemos nos dar as mãos e nos fortalecer para desafiar tais condições históricas, estruturais que marcam ainda nossas trajetórias, e muitas vezes limitam nossa atuação no campo acadêmico? Podemos pensar o Feminismo, no singular, como um

⁷ Aqui trazemos o sentido da experiência como um exercício cotidiano em fazer, colocar em prática; experimentar, provar, testar. Se permitir fazer e errar, sentir, tentar fazer o novo a partir de novas práticas de pesquisa, de relações sociais. Essa deve ser nossa aposta. Se temos novas perguntas, temos que fazer de novas formas.

processo comum de organização, reflexão e ação política, em que não somos inimigas (como querem fazer com que acreditemos), mas aliadas? Pensando nessas questões, consideramos que o feminismo como um movimento social, que também se constitui como uma teoria crítica da sociedade, pode sim reunir e reconhecer as diferenças como especificidades que fortalecem, de forma criativa, a luta coletiva por um mundo mais justo e igualitário.

A partir desse percurso consideramos que a Agroecologia e o Feminismo têm convergem de forma positiva na construção de um novo campo científico, contra hegemônico e pluri epistêmico, com valores e princípios fundamentais para a construção do novo modelo de sociedade, que urge com a crise do antropoceno, mostrando como a sustentabilidade da vida deve considerar as mulheres camponesas, rurais, agricultoras como fundamentais para a reprodução social, a preservação ambiental e a produção de alimentos saudáveis para todas e todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARA FINALIZAR, RESUMINDO ESSA HISTÓRIA

O fluxo da vida é contínuo e aponta para novos olhares, para outros horizontes e para a ampliação do pensamento. O arcaico, o patriarcal, o conservador e o reacionário reagem, e estamos sentindo a contraofensiva em diversas escalas da nossa vida: na política, na economia, na cultura, na ciência. Esse movimento raivoso e violento avança sobre nossos corpos e nossos territórios, destruindo, matando, envenenando. Mas somos terra, barro, lama, raiz. Somos as netas das mulheres que eram netas de outras, e que eram netas de outras, afirmam as feministas. Somos de uma linhagem de mulheres que há muito vêm sendo excluída, silenciada, invisibilizada, explorada e violentada.

Nesse percurso é urgente reconhecer as convergências entre o Feminismo e a Agroecologia. O movimento feminista e os movimentos de mulheres do campo muito têm contribuído com o movimento agroecológico no Brasil no sentido de criar um olhar crítico para as desigualdades tão naturalizadas entre homens e mulheres na agricultura familiar, camponesa e tradicional. A militância dessas mulheres e das organizações feministas no movimento agroecológico tem sido fundamental para despertar esse olhar nas organizações do campo agroecológico.

Da mesma forma, a Agroecologia, com seu enfoque sistêmico e o olhar para a sociobiodiversidade, tem contribuído com a valorização de todos os subsistemas de

produção, reconhecendo assim os cultivos e o trabalho das mulheres, geralmente invisibilizados nos sistemas de produção do agronegócio. O Feminismo também contribuiu com o movimento agroecológico trazendo o debate das relações sociais de raça, etnia, classe e poder nas práticas das organizações agroecológicas, enquanto o movimento agroecológico amplia a sua pauta incluindo as questões de interesse das mulheres como as plantas medicinais, a segurança alimentar, as normas de vigilância sanitária.

Temos que testar, tentar e não ter medo de errar. O processo vale mais que os produtos. Precisamos compartilhar os saberes, mas como mulheres feministas e agroecólogas, precisamos reaprender a aprender, para ensinar. Todo conhecimento é importante quando leva a emancipação, autonomia e liberdade. Precisamos aprender com as mulheres agricultoras familiares, tradicionais, camponesas, urbanas, pescadoras, quilombolas, indígenas que a construção do conhecimento agroecológico das mulheres é coletiva, solidária e feminista.

Necessitamos ser protagonistas das nossas pesquisas e pesquisar as mulheres como protagonistas da Agroecologia. Tirar da invisibilidade o seu trabalho, a sua produção, as suas práticas agroecológicas e o seu conhecimento, ao mesmo tempo que fortalecemos as mulheres agricultoras familiares, camponesas, quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, como têm sido feitas as pesquisas com a Caderneta Agroecológica, demonstrando o papel fundamental das mulheres para a produção de alimentos e para a manutenção das famílias no campo.

Precisamos ir aonde as mulheres da Agroecologia estão, dialogar e escutar outras vozes, fortalecer outras e novas narrativas como de mulheres indígenas, quilombolas, de povos originários, anciãs, jovens. Como pesquisadoras precisamos fazer e experimentar o novo, com novas perguntas, novos olhares, pois a ciência se faz nas trocas e com diálogo de saberes e amor.

Precisamos seguir juntas como aliadas, não inimigas disputando espaço. O espaço que temos que disputar e retomar está ocupado por um homem branco heteronormativo. Precisamos compartilhar o conhecimento, pois conhecimento é para ser dividido, trocado e não guardado em teses, dissertações, nas estantes e prateleiras ou periódicos e revistas especializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, ano 3, 1995. _____ . Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.
- CALAÇA, Michela K. A. dos Santos. **Rompendo a cerca do isolamento**: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero. Dissertação (Mestrado em Serviço social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira** – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003. _____ . **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARDOSO, Elisabeth. **Mujeres y agroecología**: el caso de las agricultoras de la Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil. 77f. Tesina (Mestrado) - Máster Oficial Agroecología: Un enfoque para la Sustentabilidad Rural, Universidad Internacional de Andalucía, 2016.
- CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: EDUFRPE, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009. _____ . Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.
- DAVIS, Angela. I am a revolutionary black woman. In: MULLINGS, Marable Mullings (ed.). **Let Nobody Turn us around**: Voices of Resistance, Reform, and Renewal. An African American Anthology. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1999. _____ . **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In. AMORÓS, Celia (org.). **10 palavras claves sobre mujer**. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1995.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, vol.2, Brasília, Anpocs, pp.223-244, 1983.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: researching the ecological basis for sustainable agriculture. New York: Springer-Verlag, 1989.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, **Cadernos Pagu**, (5), 1995:07-42.
- HOOKS, bell. **Teaching to transgress**. Education as the practice offreedom. Nova York/Londres: Routledge, 1994. _____ . **Feminism is for everybody**: Passionate politics. Cambridge: South End Press, 2000.
- HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In. Ana Isla, Miriam Nobre (et al). **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.
- LORDE Audre, Zami. **A New Spelling of My Name**. EUA: The Crossing Press, 1982.

OROZCO, Amaia P. **Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madri, Traficantes de Sueños. Cuarta edición. 2019

RICH, Adrienne. La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. In: **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, Tierce, n.1, p.15-43, mar. 1981.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo camponês popular**: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. 174 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É luta!** Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência. Rio de Janeiro: Lumun Juris, 2018.

WITTIG Monique. On ne naît pas femme. **Questions féministes**, vol. 8, 1980, pp. 75-84 [Republicado em francês: in WITTIG Monique, *La Pensée straight*, Paris, Balland, 2001.